Introdução

O presente estudo *nasce* de um *diálogo* com Hannah Arendt. Por meio desta interlocução crítica fomos introduzidos num campo até então por nós pouco conhecido, o da filosofia. Neste caminhar desafiador, a presença de Arendt, com o seu estilo compreensivo e vivo de percorrer os eventos políticos do mundo moderno foi despertando o nosso interesse. Aprendemos com ela que filosofar não é um domínio restrito aos especialistas, constituindo-se como possibilidade que leva a confrontar-se continuamente com a realidade.

Descobrimos, assim, pela leitura arendtiana, que a filosofia não estava tão distante de nós, que filosofar era mais que um empreendimento individual da mente. Pensar na perspectiva *crítico-compreensiva* é uma elaboração apurada da realidade de um *mundo* que compartilhamos com os “*Outros*”, e sobre o qual temos grande *responsabilidade*. Um mundo que se efetiva quando, tal como sublinhou Buber (1987), os *sujeitos aproximam uns dos outros sob o fundamento da vida em comum*. Por esta via autêntica, o estudo arendtiano, levou a compreender que para além da investigação das atividades interiores, a filosofia também indicava um necessário horizonte de preocupação com o mundo público, remetendo para uma ligação inseparável entre *agir* e *pensar*.

Há que se ressaltar que o exercício do *pensar-agir* como unidade dialética é nada simples. Confrontar-se com a realidade e dialogar com os Outros exige abrir mão de fórmulas, regras, conceitos que, enraizados, até nas mentes mais inteligentes, conformam certezas inabaláveis que conferem segurança. Arendt sinalizou que envernizar-se com fórmulas impede a compreensão da singularidade dos enigmas que cercam nossa realidade. Ela aposta na audácia de um pensamento aberto à permanente inspeção, envolvido concretamente com as questões do *presente*, vinculado ao mundo relacional, um “*mundo comum onde todos cabemos*” (Arendt, 2000). O pensamento de Arendt nos coloca diante da possibilidade da perplexidade, levando-nos a confrontar nossas formas de pensar e agir em um mundo que depende da *intersubjetividade* e que, portanto, requer diálogo, reconciliações e comprometimentos mútuos para que não desapareça.

Nesta perspectiva, Arendt desconfia de tudo que se coloca como empecilho para a reflexão. Apartar-se da realidade dos seres ativos é para ela fugir da problematização do seu conteúdo. E, mais do que isso, corre-se o risco de estabelecer o pensamento como domínio dos poucos sobre os muitos, tendo este fato grandes impactos na *Política*. Em Arendt encontramos as possibilidades de um pensar com *liberdade* e *autonomia*. Passamos a conhecê-la como “a pensadora da liberdade política”.

Neste movimento, a cada leitura arendtiana, fomos sendo instigados a descobrir os significados, buscar os sentidos das relações de seres *ativos* situados em um complexo *mundo político*. Neste diálogo, Arendt foi indicando um horizonte de leitura onde, entusiasmados, começávamos não só a expressar curiosidades e perplexidades, mas realizar conexões mais profundas entre os fatos políticos e a existência humana na sua inexorável condição *plural*. Encontramos uma pensadora cujo estudo crítico incluía a singularidade na formação da *Política*, sem reduzi-la ao solipsismo, e isto nos animou bastante. Conforme avançamos no diálogo com Arendt, conferíamos uma extraordinária capacidade de rigor analítico e abrangência de interlocuções que fundamentavam a crítica a qualquer tipo de subjetivismo, defendendo temas controversos no pensamento político como, por exemplo, a *liberdade*.

Fomos apresentados ao estudo arendtiano pela rica experiência da formação de um grupo de estudo. O grupo formou-se no ano de 2007, por incentivo da Professora do Programa de Pós-Graduação Ilda Lopes Rodrigues da Silva do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pela singularidade da experiência, realizada em reuniões quinzenais nas quais encontrávamos em diálogos sempre instigantes e inacabados como aquela autora sobre os temas do *Espaço Público e da Política*, nomeou-se o grupo consensualmente como: “*Diálogos com Hannah Arendt: Espaço Público e Política*”. Na ocasião iniciamos o diálogo arendtiano pelo estudo da obra “*A Condição Humana*”. Naquele momento descobríamos, timidamente, o traço geral do pensamento de Hannah Arendt. Com o apoio de seus intérpretes íamos, empolgados pela descoberta de sentidos, tomando contato com as suas principais categorias e fontes inspiradoras. Despontou-se para o grupo como elemento novo na compreensão da *Política*, o sentido de um mundo público-plural, apreendido numa leitura fenomenológica, cuja ideia de *visibilidade* – a dimensão interpessoal da aparência – constitui perspectiva autêntica da *cidadania*. Nesta linha, interessou-nos o viés crítico de Arendt sempre atento a ideia de que as possibilidades da

Política como liberdade estão na força de um mundo compartilhado na *pluralidade* da ação. Os diálogos arendtianos, até hoje realizados, deram origem a diversos estudos empreendidos pelos membros do grupo sob orientação da Professora Ilda Lopes Rodrigues da Silva. Foram despontando questões voltadas para a temática da cidadania no Serviço Social, cuja forte inspiração arendtiana conferiu uma abordagem centrada no horizonte da recuperação do *agir em conjunto* e do *direito a ter direitos*, como dimensões privilegiadas da Política.

Conforme caminhávamos no estudo arendtiano, éramos conduzidos a pensar sobre os fenômenos políticos contemporâneos, provocadores de grande violência, e os desafios caros ao Serviço Social frente a tal realidade. Dentre as questões, destacava-se a debilidade contemporânea dos vínculos que constituem a esfera privilegiada do exercício da cidadania: *a esfera pública*. A preocupante constatação de que, de modo geral, as comunidades do nosso tempo atravessam uma reconfiguração, demarcada, sobretudo, pelo desengajamento e indiferença em relação à vida pública (Bauman, 2003; Sennett 2009; Camps, 2006). A realidade atual é marcada por uma tendência à predominância de um ethos individualista, alimentado e renovado pelo ideal do consumo que contrasta com a superfluidade das massas desprovidas de cidadania e de ocupação social digna. O impacto dessas transformações tem levado a pensar nos paradoxos das democracias modernas. Especialmente, no âmbito do Serviço Social, o grande desafio é propor, pela perspectiva universal dos direitos, frentes de estudo e ação engajadas na ampliação dos espaços participativos. Acreditamos que o estudo arendtiano pode contribuir para o Serviço Social na medida em que, restituindo a unidade entre *pensar* e *agir* no alargamento do espaço público, acena para novos modos de sociabilidade nos espaços institucionais onde o assistente social atua junto a uma pluralidade de sujeitos ainda hoje destituídos do direito de participação política. O Serviço Social, desde sua gênese, sempre se deparou com uma tensão entre filosofia e política subjacente a sua prática. Consideramos que, seu esforço está em, superar esta dicotomia, e estabelecer uma práxis política enquanto *“uma das atividades que possibilitam responder coletivamente aos conflitos sociais [...] uma atividade que supõe a interlocução entre os homens e objetiva uma transformação social”* (Barroco, 2001, p. 49). Nesta direção, pensamos que o estudo arendtiano, ao recuperar a unidade entre ação e reflexão, abre os caminhos para um exercício profissional fundado nos pilares da defesa da

pluralidade e da justiça, concretamente comprometido com o enfrentamento das intolerâncias que anulam a existência da diversidade de sujeitos.

Em Arendt encontramos a compreensão de que a política não pode se resumir à força do governo, mas busca a convivência dialogada, o poder das deliberações alcançadas no debate plural realizado no âmbito de uma comunidade política. Nesta perspectiva, a instrumentalidade que substitui o diálogo pela técnica na condução dos assuntos humanos é ameaça à realidade democrática nas suas próprias bases. A redução dos assuntos políticos a mera administração, distante do fundamento original da Política, indica a idéia comum, largamente presente na atualidade, de que a política é afeita ao âmbito da competição, da falsidade, da mentira, da corrupção e do domínio (Felício, 2003, p. 168). Vê-se que muitas pessoas desconfiam da política, e a sua representação comum, especialmente no Brasil, ainda é, lamentavelmente em muitos casos, a da relação de favor e de mando-obediência. Ou, conforme observou o antropólogo Roberto Damatta (1985, p. 61), a conformação de uma cidadania negativa, na qual “*o cidadão é o sujeito por excelência das leis impessoais (e universais), bem como do poder brutal da polícia, que servem sistematicamente para diferenciá-lo e explorá-lo impiedosamente, tornando-o um igual para baixo*”.

O que está em questão no âmbito do pensamento arendtiano é a ideia central de *pluralidade* que constitui o ideal da comunidade política democrática e o desafio para pensar as diferenças a partir de uma compreensão da política de acordo com a qual a igualdade e a liberdade constituem as bases de um acordo necessário à convivência.

Arendt aponta para a reflexão da Política como constituição de um horizonte comum. E nesta reflexão, passamos a perceber que ela fazia referência ao “*amor pelo mundo*” ou “*Amor Mundi*”. Esta expressão passa, então, a despertar nosso interesse de investigação. Inicialmente provocou-nos estranhamento, pois, como pode uma autora crítica conceber a relação entre *amor* e *política*? Sempre soubemos que amor é algo da ordem dos sentimentos e, portanto, incompatível como o nosso agir como seres ativos e organizados no complexo mundo político. Precisáramos vencer as certezas desta interpretação? Caminhando com Arendt, descobrimos que sim.

Arendt nunca se preocupou em definir o que compreendia por *Amor Mundi* no contexto de sua reflexão política. Entretanto, lendo sua obra e os seus

interpretes, percebemos que o Amor Mundi constituía forte inspiração no seu pensamento político. Assim, partimos da *intuição* de que este amor tem como “fio da meada” para a sua compreensão a questão ética relativa ao convívio com o mundo. Um mundo no qual a “*a política surge no espaço entre-os-homens [...] no inter-espaço e se estabelece como relação*” (Arendt, 2007, p. 23). Ou seja, um mundo constituído numa esfera pública que resulta do compromisso mútuo de muitas gerações e deve transcender a duração do tempo de vida. Em *A Condição Humana* (2007) Arendt afirma que é o carácter público do mundo capaz de absorver e dar brilho a tudo que os homens realizam.

Deste modo, fomos instigados a trilhar a compreensão da Política e do mundo arendtiano, no intento de localizar “*o essencial*” deste amor. Noutros termos, pela aproximação com o sentido original da Política – como o espaço do mundo habitado pela pluralidade e a realização de grandes feitos capazes de ensejar novos começos – apreendemos as possibilidades de investigar o significado deste amor pelo mundo.

Inspirados pela relação entre ética e política, *paramos para pensar*, bem ao modo arendtiano, sobre a temática do amor, na intenção de descobrir a autenticidade do seu sentido. A questão central que norteou a investigação foi: *qual o sentido do Amor Mundi arendtiano em sua relação com a Política?*

Arendt tem um movimento de reflexão essencialmente independente e difícil de ser apreendido. Ela transita do particular ao geral, sem se prender ou definir amparos para o pensamento. Seu trabalho hermenêutico fenomenológico recupera a origem de conceitos tradicionais e os confronta com a realidade, estabelecendo distinções e recuperando significados importantes para ressaltar a relevância da experiência compartilhada. Nesta perspectiva, observa Duarte (1994, p. 82):

“Para Hannah Arendt, o momento de verdade de um conceito revela-se apenas na investigação de sua origem [...] um dos pressupostos básicos desta *dérmache* conceitual é o de que é possível isolar ‘traços duráveis’ da condição humana, os quais perdurariam em relação a todas as transformações históricas e, portanto, forneceriam a base para o reconhecimento de certos traços também duráveis da atividade política, de sorte que a história não destruiria de todo, as pontes que, desta perspectiva, unem a política e a polis”.

Conforme elucidou Paul Ricoeur (1990), a tarefa da hermenêutica visa esclarecer a existência pela interpretação que permite encontrar o significado

autêntico das palavras. Pela compreensão daquilo que é descrito pela linguagem é possível descobrir seu sentido. Nesta linha de compreensão, explicita Silva (2004, p. 15), na perspectiva de Ricoeur a linguagem é “*estrutura portadora da história humana [...] a linguagem não é só o veículo do conteúdo, mas a forma da própria experiência, através da qual nasce o conteúdo*”.

Arendt faz do seu trabalho hermenêutico uma reflexão que se localiza entre o *passado* e o *futuro*. Ela soube identificar a história como conjunto de eventos singulares e rupturas, que apreendidas no “*agora*” do presente ensejam a possibilidade de compreensão do passado e de inícios que formam o horizonte do futuro. Da sua perspectiva, confrontando-se com os eventos da política do presente é iluminado o sentido esquecido no passado: *o da política enquanto ação*.

Por esta via, da compreensão original dos conceitos políticos estudados por Arendt, realizamos o estudo acerca do Amor Mundi. Neste sentido, as reflexões foram organizadas em cinco capítulos.

No primeiro, a reflexão percorre o itinerário da vida pessoal e intelectual de Hannah Arendt. Parte-se da compreensão de que o esforço e empenho intelectual arendtiano esteve intimamente ligado a sua experiência de vida. Assim, o interesse é traçar o retrato vivo desta pensadora que, embora tenha vivido em tempos sombrios e experimentado a tragédia de tornarem-na uma apátrida, vislumbrou a possibilidade de um novo *início* para os homens, enxergando com grande esperança o alargamento do *mundo público*. Nesta direção, pela trajetória da jovem e da madura Hannah Arendt, buscamos apreender aquilo que nela pode ser considerado uma visão de mundo. Mais do que a reprodução de sua biografia, o estudo centrou-se na apreensão dos traços no vivido de Arendt reveladores do seu *amor pelo mundo*. Deve-se ressaltar que Arendt ainda é pouco conhecida pelos estudantes de Serviço Social, sendo este estudo uma grata possibilidade de apresentá-la para aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecê-la.

No segundo capítulo navegamos pela compreensão das concepções de Mundo, Política e Amor no pensamento arendtiano. Ao estudar essas concepções intencionamos demarcar seu sentido original em Arendt, como aquilo que nasce da ação humana e não se confunde com a Terra ou com os limites do espaço natural. No universo teórico arendtiano, encontramos o sentido da ação que manifesta a plena pluralidade dos homens e estabelece a diferença

entre os mesmos. Nesta direção, abordamos a condição de durabilidade do mundo plural e as conseqüências decorrentes dos eventos históricos da modernidade que representaram um processo de alheamento em relação à experiência comum da ação “*trazendo para a história da cultura o silêncio pela perda da palavra, pela ausência da pluralidade, nos meandros do convívio da pólis*” (Siviero, 2008, p. 15). Seguimos na reflexão tentando recuperar as origens do tema do amor em Arendt, para confrontar com o seu pensamento político maduro.

No capítulo três o trabalho avança na apreensão das distinções entre as concepções de amor no pensamento arendtiano. Neste curso, investigamos o modo como o tema do amor aparece em alguns dos estudiosos do pensamento arendtiano. Em seguida, buscamos demarcar as fronteiras entre um amor situado na invisibilidade e aquele cuja condição política é a da visibilidade. Tais aspectos são refletidos no contexto da sociedade moderna, onde a ascensão do social significou o recuo dos homens para a esfera do privado e, conseqüentemente, o distanciamento em relação ao mundo público-político.

No quarto capítulo, privilegiamos a questão do *Pensar* em Arendt. Nossa tarefa consiste em compreender a relação entre pensamento e mundo, a partir da sua perspectiva. Debruçamo-nos, assim, sobre os impasses filosóficos investigados por Arendt entre *vida activa* e *vida contemplativa* e suas implicações para o mundo plural. Neste estudo, concentrado sobretudo nas reflexões de “A Vida do Espírito” (2000), o nosso objetivo foi apreender traços do pensamento vinculados à pluralidade e próximos ao sentido do Amor Mundi.

No quinto e último capítulo, avançamos na leitura acerca das atividades do espírito, o Julgar e o Querer. Continuamos a investigar a relação destas atividades com o mundo público. Nesta leitura vamos encontrando elementos que indicam a identidade entre o amor pelo mundo e o amor à liberdade. No contexto das reflexões arendtianas o amor vai assumindo o sentido de um princípio capaz de manter e renovar o mundo público-político. Chegamos então à reflexão sobre as faculdades da *Promessa* e do *Perdão* como dimensões essenciais do Amor Mundi arendtiano.

O estudo conduz à compreensão do o Amor Mundi enquanto um princípio inspirador equivalente ao próprio exercício da liberdade política. Ou seja, um princípio capaz de atualizar as condições de existência da comunidade política

enquanto ação e reflexão dos homens plurais na constituição e manutenção de um mundo público.

Tendo em vista a amplitude e a profunda interlocução crítica que caracteriza a obra de Hannah Arendt – para nós inalcançáveis, pelo menos neste momento – é importante dizer que o estudo foi se definindo como um caminho de descobertas e de reflexões nem sempre concluídas. No percurso de grandes limites, a nossa principal motivação crítica foi – a partir da autêntica visão arendtiana do *Ser do homem no tempo pelo começo* – a descoberta de que podíamos *iniciar*. Certamente o tema permanece aberto a muitas indagações. O nosso desejo no desafio da construção deste trabalho é o de que os estudos arendtianos, sobretudo no Serviço Social, possam se adensar a partir de um núcleo comum de interesse sobre a Política enquanto espaço plural e de possibilidades de novos começos.